



194

outubro 2012

Carta Mensal
INTAL

Publicação Eletrônica Mensal



Banco Interamericano de Desenvolvimento



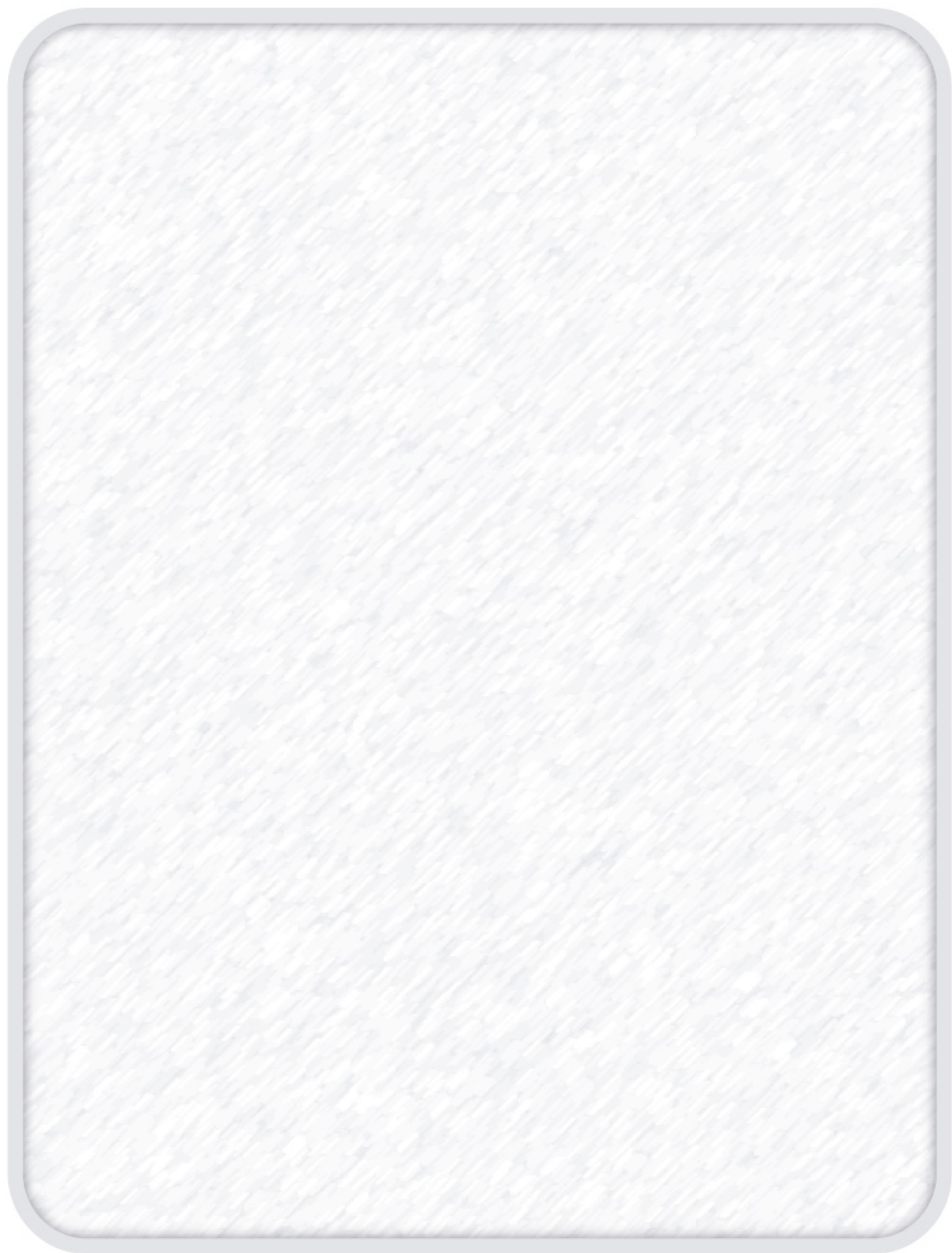


Tabela de conteúdos

Blocos de Integração

Caribe

BID fomenta o desenvolvimento das pequenas e médias empresas da região	7
Secretário-Geral da ONU garante mais compromisso de cooperação com a Caricom	9

América Central

Modernização do controle de fronteiras entre a Costa Rica e o Panamá	10
Aproximação da América Central com os países andinos	12
Novos passos para harmonizar as regras comerciais	15

Comunidade Andina

BID apoia a interconexão elétrica andina	16
Negociações comerciais de países andinos com a Ásia	18
CAN lança campanha para promover a conservação do Amazonas	21

MERCOSUL

Medidas comerciais e de estímulo para carros, informática e turismo	22
---	----

Panorama Regional e Global

Fórum Público da OMC 2012 analisa o multilateralismo	27
Reunião Anual do FMI e do Banco Mundial: preocupação com a desaceleração e a incerteza	29
Acordo de Associação Transpacífico: México e Canadá se incorporam às rodadas de negociações	30
3ª Cúpula de Países da América do Sul e Árabes	32

Boletim de notícias do INT

.....	35
-------	----

Centro de Documentação INTAL

Resenhas Bibliográficas

Panorama da Inserção Internacional da América Latina e do Caribe 2011-2012: Crise duradoura no centro e novas oportunidades para as economias em desenvolvimento. Santiago do Chile: Cepal, setembro de 2012.175 p.	39
--	----

Alerta Bibliográfica

.....	42
-------	----

Bibliografias em destaque do mês

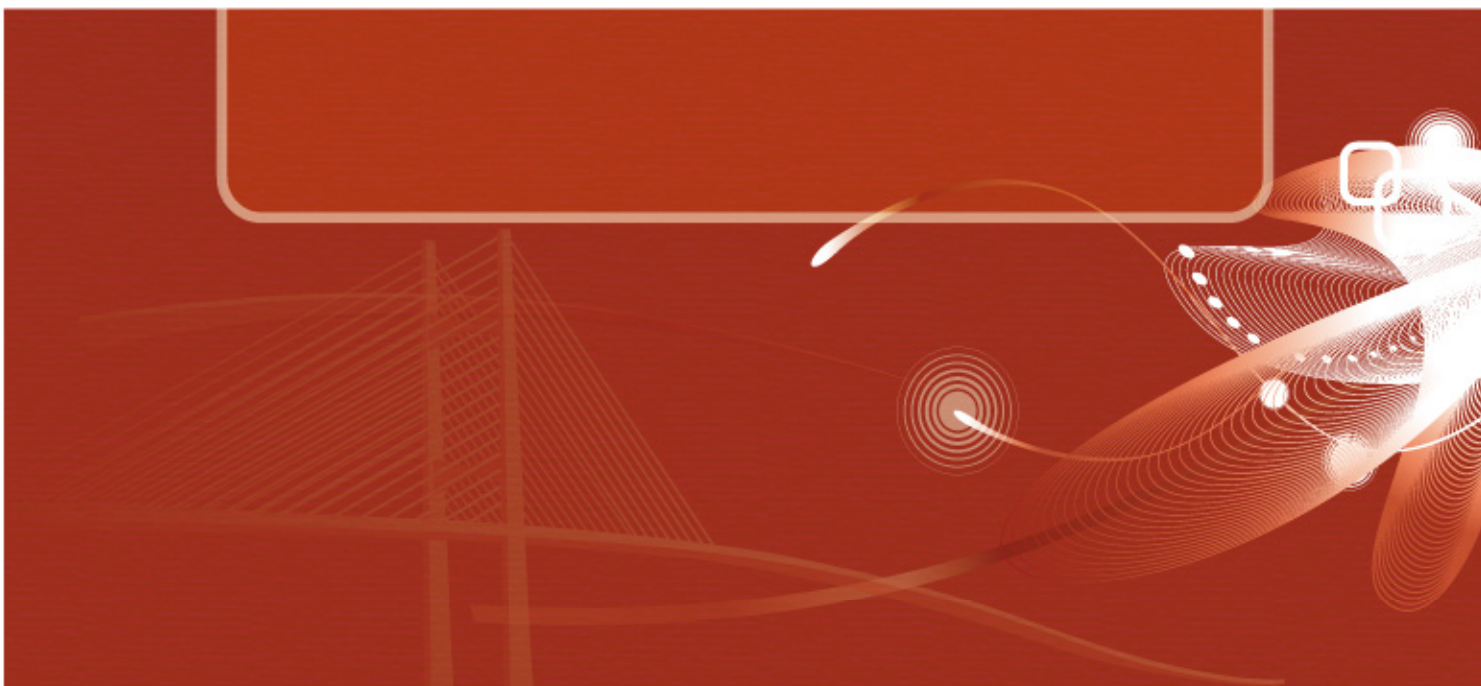
* Montenegro, C.; Pereira, M. y Soloaga, I. (2011). El efecto de China en el comercio internacional de América Latina = China's effect on IMTIN America's international trade. International Research Journal of Finance and Economics, 38(2), p. 341-368.	43
* Romero Jiménez, M. (2012). Estudio sobre la cooperación en el Acuerdo Global México - Unión Europea. Santiago de Chile: CEPAL.	44
* Deere Birkbeck, C. y Jones, E. (2012). Beyond the Eighth Ministerial Conference of the WTO: A Forward Looking Agenda for Development. Oxford: Oxford University.	48
* Moura, P.; Granço, G.; Harfuch, L. y Nassar, A. (2012, July 20). Benchmark of cane-derived renewable jet fuel against major sustainability standards. - San Pablo : ICONE	50

Redação

.....	53
-------	----



Blocos de Integração







Caribe

BID fomenta o desenvolvimento das pequenas e médias empresas da região

De 1º a 3 de outubro o Fundo Multilateral de Investimentos (Fomin), membro do Grupo BID, realizou, em colaboração com o governo de Barbados, o [15º Fórum Interamericano das Microempresas \(Foromic 2012\)](#).

O Foromic é o fórum líder em financiamento para micro, pequenas e médias empresas (PMEs) e pequenos agricultores. Este ano, o foco das discussões foi o desenvolvimento de soluções inovadoras para impulsionar a iniciativa empresarial na América Latina e no Caribe. O evento foi desenvolvido em Barbados, que assim se transformou no primeiro país do Caribe de língua inglesa a ser anfitrião deste Fórum.

A [agenda do Foromic](#) contou com três jornadas nas quais foram discutidos os temas relativos ao apoio e financiamento das micro, pequenas e médias empresas, finanças verdes, produtos de economia para populações de baixa renda e, em especial, oportunidades de financiamento para PMEs e empresários do Caribe.

A *primeira* jornada do Fórum foi dedicada a Barbados e ao Caribe, e às oportunidades de desenvolvimento de suas pequenas empresas e microfinanças, à iniciativa empresarial entre os jovens e as mulheres e às novas empresas relacionadas com energias renováveis.

A *segunda* jornada se concentrou nos últimos avanços em microfinanças e em modelos inovadores de financiamento das PMEs, destacando-se a apresentação do relatório [Microscópio Global 2012](#)^[1] realizado pela Unidade de Inteligência Econômica da *The Economist* com o apoio do Fomin, do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e do Ministério das Relações Exteriores da Holanda.

O documento mostra que a América Latina continuou melhorando seu ambiente para as microfinanças, em especial no Peru e na Bolívia, que se apresentam como os países líderes da região conseguindo se posicionar nos primeiros lugares da classificação global de 55 países.

Além disso, o Setor de Integração e Comércio do BID foi o encarregado da sessão de [apresentação](#) do Sistema de Informações sobre Comércio e Integração do BID [INTrade-BID](#), uma moderna ferramenta de acesso a mercados para os exportadores da América Latina e do Caribe

(principalmente as PMEs), que permite obter dados atualizados sobre diversos aspectos do âmbito jurídico, as regulamentações, normas de origem, tarifas preferenciais e fluxos de comércio, entre outros elementos, para um grande leque de países.

O *terceiro* dia tratou do investimento de impacto como uma oportunidade para o Caribe. A última sessão plenária, conduzida por Julie T. Katzman, vice-presidenta executiva do BID, debateu o relatório [Avaliação da demanda e da oferta para o investimento de impacto no Caribe](#)[2] desenvolvido pelo Fomin e pelo Programa Compete Caribe[3].

Na abertura da conferência, o presidente do BID, Luis Alberto Moreno, fez uma clara convocação no sentido de impulsionar o desenvolvimento das PMEs, para que a região possa continuar avançando nos seus esforços para reduzir a pobreza, destacando a falta de financiamento como o principal obstáculo que elas enfrentam para crescer e se expandir.

Alinhado com a mensagem de Moreno, o Setor de Integração e Comércio, como parte do seu programa de fortalecimento institucional para a região, está ministrando um curso virtual sobre [Promoção do uso do comércio eletrônico \(e-commerce\) entre as PMEs latino-americanas](#), de 15 de outubro a 16 de dezembro deste ano.

Programa CARIB-CAP II

Precedendo o Foromic, o 4º Fórum de Microfinanças do Caribe, realizado em 30 de setembro, foi o âmbito adequado para o lançamento do projeto de fortalecimento institucional [Caribbean Microfinance Capacity Building II](#) (CARIB-CAP II).

O CARIB-CAP II é a segunda fase de um programa de cooperação técnica do Fomin de US\$ 2,7 milhões, que tem como objetivo oferecer capacitação na área de *management*, *marketing* e design de produtos e ferramentas financeiras a 15 instituições de Bahamas, Belize, Guiana, Jamaica, Suriname, Santa Lúcia e Trinidad e Tobago, visando contribuir para o desenvolvimento da indústria das microfinanças no Caribe. Este ano, o fórum teve o lema “Construindo instituições financeiras monetárias de alta eficácia – Incrementando o acesso financeiro para os pobres”.

Na sua primeira fase, o CARIB-CAP I, foram destinados recursos não reembolsáveis de US\$3 milhões para capacitação, desenvolvimento de produtos e fortalecimento da Caribbean Microfinance Alliance, uma rede de instituições dedicadas às microfinanças, com o objetivo de desenvolver um ambiente de negócios que favoreça os créditos para as microempresas.

Encontre [aqui](#) os links para os vídeos de todas as sessões do Foromic.

[1] *Microscópio global sobre o ambiente de negócios para as microfinanças 2012*. (2012). Caracas: EIU.

[2] Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID. (2011). *Supply and Demand Side Assessment of Impact Investment within the Caribbean*. Washington.

[3] “*Compete Caribbean*” (Compete Caribe) é um programa de assistência técnica destinado ao desenvolvimento do setor privado do Caribe. Com recursos de US\$ 40 milhões, ele é financiado de forma conjunta pelo BID, pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida) e pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID).

Secretário-Geral da ONU garante mais compromisso de cooperação com a Caricom

No dia 27 de setembro foi realizado em Nova York o Debate de Alto Nível da 67ª Reunião da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os países da Comunidade do Caribe (Caricom) expressaram sua preocupação com o impacto da crise econômica global na região e destacaram a necessidade de uma assistência focalizada e uma especial atenção às pequenas ilhas e aos estados de baixa altitude[1], que estão sendo muito afetados pelas mudanças climáticas, e também aos temas relativos à saúde e ao desenvolvimento sustentável.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, destacou os desafios específicos que o Caribe deve enfrentar, e se comprometeu a continuar conscientizando os membros do G-8 e do G-20 sobre esta situação e sobre a necessidade de uma cooperação adequada às necessidades da região.

Mais informações nos links [Release da ONU](#) e [Release da Secretaria da Caricom](#).

[1] *Low-lying countries* na denominação em inglês.

América Central

Modernização do controle de fronteiras entre a Costa Rica e o Panamá

No dia 20 de setembro passado, assessores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) se reuniram com representantes do Panamá e da Costa Rica para estudar as propostas preliminares para a modernização do controle de fronteira de Paso Canoas[1]. Segundo o Ministério do Comércio da Costa Rica, 75% do comércio entre os dois países passa por essa fronteira.[2]

Estes países começaram a trabalhar na iniciativa no início de 2011. Até agora foram definidos o programa de execução e o plano de ação, base da solicitação para que o BID realize estudos para padronizar os processos de importação, exportação e trânsito em Paso Canoas. Antes do fim do ano estarão prontos os relatórios finais da proposta.

Espera-se que a criação de um Centro de Controle Integrado permita a realização do controle fronteiriço em um único ponto, reduzindo assim os custos de transação. A proposta faz parte do sistema de [Trânsito Internacional de Mercadorias \(TIM\) do BID](#), cujo objetivo é melhorar a eficiência da infraestrutura de comércio na Mesoamérica.

O BID mantém várias iniciativas relacionadas com a facilitação do comércio por meio da melhoria do transporte de mercadorias. Entre elas se destaca o curso virtual [“O TIM como ferramenta para melhorar o controle dos trânsitos de mercadorias na América Central”](#). Este curso faz parte do programa de fortalecimento institucional para a região do Setor de Integração e Comércio do BID, com duração de 15 de outubro a 25 de novembro.

Outro destaque, parte da [Iniciativa de Bens Públicos Regionais do BID](#), é o [Observatório Mesoamericano de Transporte de Carga e Logística](#), lançado em outubro, que funcionará no âmbito do Projeto Mesoamérica. O objetivo é gerar informações e estatísticas de qualidade que facilitem o desenvolvimento de políticas públicas para aumentar a competitividade da região. O Observatório se propõe a medir e comparar o desempenho logístico dos países, desenvolver bancos de dados de caráter regional e oferecer capacitação com o objetivo de melhorar o desempenho dos países mesoamericanos neste setor.

O Observatório Mesoamericano se soma à rede de observatórios com implementação apoiada pelo BID no Peru, Colômbia, Paraguai e Uruguai, e que alimentam o Observatório Regional de Transporte de Carga e Logística que cobre a América Latina e o Caribe.

Mais informações nos seguintes links: [\[1\]](#); [\[2\]](#)

[1] Paso Canoas é uma cidade internacional dividida entre a província de Puntarenas (Costa Rica) e a província de Chiriquí, no oeste do Panamá.

[2] Dados de 2010.

Aproximação da América Central com os países andinos

Avanços significativos nas negociações de um TLC da Costa Rica com a Colômbia

De 24 a 28 de setembro foi realizada em San José da Costa Rica a segunda rodada de negociações com a Colômbia com o objetivo de assinar um Tratado de Livre Comércio (TLC).

Como foi mencionado na [Carta Mensal Intal N°192](#), o texto usado como base da negociação foi o acordo que a Costa Rica tem com o Peru,[1] o qual permitiu agilizar notavelmente as discussões. Nessa rodada foram concluídos seis capítulos. Somados aos 11 já fechados no primeiro encontro, estão prontos 17 dos 22 capítulos que compõem o Tratado.

Na segunda rodada foram definidos os capítulos de cooperação alfandegária, comércio eletrônico, contratação pública, investimentos, entrada temporária de pessoas a trabalho e exceções. Além disso, foi estabelecido que haverá um intercâmbio de propostas melhoradas antes da próxima rodada – de 22 a 25 de outubro na Colômbia -, em que se discutirá o acesso a mercados.

Segundo o [Ministério de Comércio Exterior da Costa Rica](#), este acordo pode permitir que o país se torne membro pleno da Aliança do Pacífico, o bloco de países formado pelo México, Peru, Colômbia e Chile.

As negociações detalhadas de cada capítulo estão disponíveis [aqui](#).

Mais informações no seguinte [link](#).

Entra em vigor o TLC entre a Nicarágua e o Chile

O [Protocolo Bilateral Chile-Nicarágua](#) entrará em vigor no próximo dia 19 de outubro, concluindo assim a totalidade do [TLC que a América Central assinou com o Chile](#) em 1999.

As negociações tinham começado em 1998, no âmbito da 2ª Cúpula das Américas e terminaram no fim de 1999, depois de seis rodadas. Não obstante, os programas de desoneração e os regimes de origem ficaram condicionados a negociações bilaterais entre os governos do Chile e de cada um dos países da América Central. Assim, a efetiva aplicação do Tratado depende da assinatura e da entrada em vigor dos Protocolos bilaterais posteriores:

Costa Rica e El Salvador foram os primeiros, em 2002, seguidos por Honduras (2008) e Guatemala (2009).[2]

Em fevereiro de 2011, a Nicarágua assinou o protocolo bilateral correspondente, concluindo assim a série destes documentos assinados entre o Chile e a América Central. O ato de troca dos instrumentos de ratificação entre o Chile e a Nicarágua foi assinado no último dia 24 de setembro; o Tratado entrará em vigor 30 dias depois.

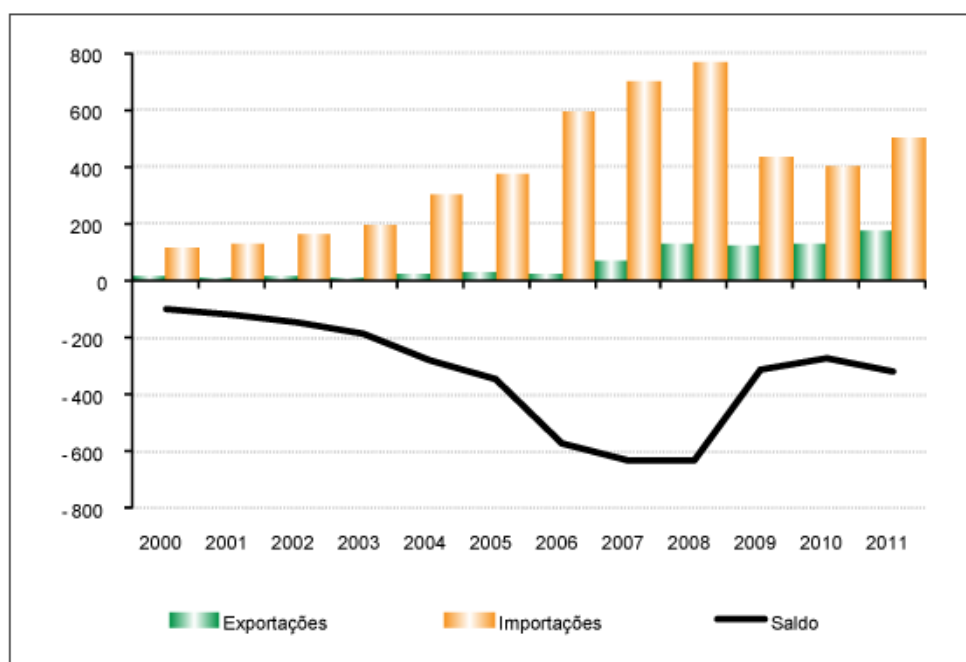
Segundo o [Ministério das Relações Exteriores do Chile](#), o comércio entre o Chile e a Nicarágua em 2011 movimentou US\$ 27,9 milhões, com uma balança comercial favorável para o Chile de US\$ 2,6 milhões. De janeiro a julho de 2012, o intercâmbio comercial foi de US\$ 16,7 milhões, com previsão

de um aumento de cerca de 20% no fim do ano.

O comércio entre a América Central e o Chile em 2011 foi de US\$ 678,3 milhões. De 2001 a 2008, as importações se multiplicaram por seis, enquanto as exportações representaram 17 vezes o valor de sete anos antes. No entanto, como as compras superaram amplamente as vendas, o déficit comercial com o país andino em 2011 foi de US\$ 320,3 milhões.

Gráfico 1. Evolução do comércio da América Central com o Chile, 2000-2011

Em milhões de US\$



Fonte: Sieca.

Em 2011, 70% das exportações centro-americanas para o Chile corresponderam à venda de açúcar de cana ou beterraba. As demais exportações foram principalmente de papel e borracha. As compras, por sua vez, estão um pouco mais diversificadas: 20,7% foram de fios de cobre, seguidos por óleos de petróleo (6,4%), madeira (5,2%) e medicamentos (5,2%), entre outros.

Dos países centro-americanos, a Nicarágua é a economia menos relevante para o Chile em termos comerciais. O principal exportador do istmo para a Chile é a Guatemala (60,7% em 2011), e a Costa Rica é o maior comprador dessa origem (50,7% em 2011).

[1] Veja *Carta Mensal INTAL N°177* "[Costa Rica e Panamá concluíram as negociações com Peru](#)", maio de 2011.

[2] [Instrumentos Jurídicos de Integración](#)

Novos passos para harmonizar as regras comerciais

Em julho a Nicarágua assumiu a Presidência *Pro Tempore* do Subsistema de Integração Econômica Centro-Americana (Sieca), que manterá até dezembro deste ano.

Dando continuidade ao mecanismo de cumprir um [Plano de Ação](#) semestral, os países centro-americanos continuam eliminando diferenças relativas às suas regras comerciais com o grande objetivo de estabelecer uma União Alfandegária. Embora o Plano tenha sido recentemente [aprovado](#) pelo Conselho de Ministros de Integração Econômica (Comieco) em fins de setembro, os grupos negociadores estão trabalhando desde o mês de agosto.

De 20 a 24 desse mês, foi realizada em Manágua, Nicarágua, a [primeira rodada de negociação](#) prevista. Entre os [principais resultados](#) se destacam, entre outros, a aprovação de regulamentos sobre os rótulos de bebidas alcoólicas destiladas e o de registro de pesticidas biológicos.

Da segunda rodada de negociações (de 8 a 12 de outubro) surgiram regulamentos harmonizados para laticínios, e de boas práticas para as manufaturas de alimentos de origem animal e bebidas alcoólicas destiladas. Foi concluído o procedimento do mecanismo de reembolso do direito tarifário para a importação -compromisso estabelecido na negociação do Acordo de Associação com a União Europeia-, e criado o Comitê de Trânsito Internacional com o objetivo de facilitar o comércio intrarregional.

A terceira rodada de negociações será realizada de 3 a 7 de dezembro próximo na Nicarágua.

No início de outubro, o Sieca publicou o relatório sobre a [Situação da Integração Econômica Centro-Americana](#). O documento, que traça um panorama muito completo de vários aspectos do processo, é composto de seis seções: âmbito institucional, comércio extrazona, comércio regional, união alfandegária, incorporação do Panamá e a inserção da América Central no mundo.

Cabe destacar a revisão dos tratados e protocolos que fazem parte do âmbito jurídico institucional do bloco e explicam a organização institucional do Subsistema. Na seção sobre comércio, mostra-se a evolução do intercâmbio da América Central com o mundo (excluindo “maquila”) de 2005 a 2011, destacando-se o crescimento de 10,1% anual médio nesse período. Mesmo assim a balança comercial é deficitária e este resultado se agravou. O intercâmbio total com o mundo em 2011 foi de US\$ 81,145 bilhões e o déficit chegou a US\$ 26,005 bilhões.

Comunidade Andina

BID apoia a interconexão elétrica andina

Os ministros e outras autoridades do setor energético do Chile, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia (na qualidade de observador) assinaram durante a Reunião do Conselho de Ministros do Sistema de Interconexão Elétrica Andina (Sinea) realizada em Santiago no dia 27 de setembro um compromisso para executar um ambicioso projeto de interconexão elétrica.

Na [Declaração de Santiago](#), os países ratificaram seu interesse em aprofundar e expandir os intercâmbios de energia elétrica por meio de um mercado mais integrado e eficiente. Neste sentido, o Sinea busca apoiar o processo de integração elétrica regional andina em um âmbito de segurança jurídica, complementaridade no uso de recursos e benefício econômico para as partes envolvidas.

O BID, por meio da cooperação técnica “*Apoio aos Estudos de Interconexão Elétrica Andina*”, dá apoio ao Sinea com uma contribuição de US\$1,5 milhão no prazo de dois anos. O programa de cooperação técnica tem três objetivos fundamentais:

1. Estabelecer os princípios e as diretrizes necessários para a harmonização regulatória dos países participantes da iniciativa;
2. Identificar e avaliar as possíveis alternativas sustentáveis de Interconexão Elétrica Andina; e
3. Analisar as alternativas da Interconexão Elétrica Andina em termos de custos, cronogramas e exigências socioambientais.

O programa de apoio inclui a criação de um Guia de Integração que inclui compromissos claros, cronograma de atividades e definição de papéis e responsabilidades.

Uma iniciativa similar se desenvolve no istmo centro-americano com o projeto Sistema de Interconexão Elétrica dos Países da América Central (Siepac).

Este projeto contempla a união de todos os sistemas elétricos do istmo, incluindo o México - por meio da Guatemala - e a Colômbia, por meio do Panamá. O BID concedeu financiamento para cobrir cerca de 51% do orçamento da infraestrutura elétrica do Siepac (US\$ 253,5 milhões) e ofereceu assistências técnicas equivalentes a US\$ 17,9 milhões para o desenvolvimento do MER.

Com estas iniciativas, o BID busca, por meio de esquemas de integração regional, aumentar a eficiência do setor elétrico e o uso das fontes renováveis de energia. Ao permitir intercâmbios de energia prevê-se uma melhora de qualidade e segurança do fornecimento, a redução dos custos de geração, assim como melhor utilização, eficiência e eficácia dos equipamentos de transmissão e das usinas geradoras de energia.

Textos sobre o assunto:

- BID- INTAL. “[Projeto Mesoamérica: interconexões elétricas](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°178*, junho de 2011.
- BID- INTAL. “[Países andinos trabalham para avançar na interconexão elétrica regional](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°184*, dezembro de 2011.
- BID- INTAL. “[Integração física e de meio ambiente na região andina](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°180*, agosto de 2011.

Negociações comerciais de países andinos com a Ásia

Como foi apontado em *Cartas Mensais* anteriores, nos últimos tempos os países andinos vêm realizando gestões ativas para intensificar o comércio com a Ásia.

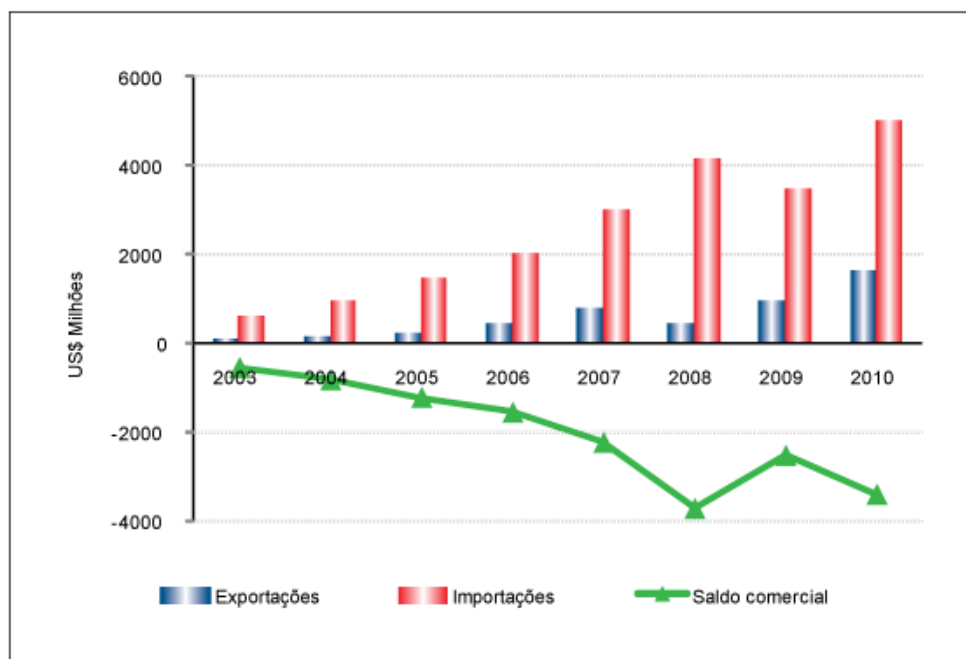
No início de outubro, o Ministro do Comércio da China, Chen Deming, visitou a Colômbia para a realização da 8ª Reunião da Comissão Mista Econômica e Comercial e um Fórum Empresarial conjunto. Durante a visita, os dois países decidiram realizar um estudo para analisar a viabilidade de negociar um Acordo Comercial entre eles. Esta é a primeira vez em 12 anos que um ministro do comércio chinês visita a Colômbia.

Até agora, a Colômbia e a China assinaram um Acordo para a Promoção e Proteção Recíproca dos Investimentos que visa estabelecer um marco jurídico justo e transparente para promover o investimento bilateral.

Com relação ao comércio, o Gráfico 1 mostra o dinamismo das importações colombianas da China, muito superior às vendas do país sul-americano ao gigante asiático. O padrão de comércio é tipicamente intersetorial: os principais produtos de exportação para a China são minérios e derivados de petróleo, enquanto as importações se concentram em maquinaria e equipamentos, metalurgia e química básica.

Gráfico 1: Comércio da Colômbia com a China

Em US\$ milhões

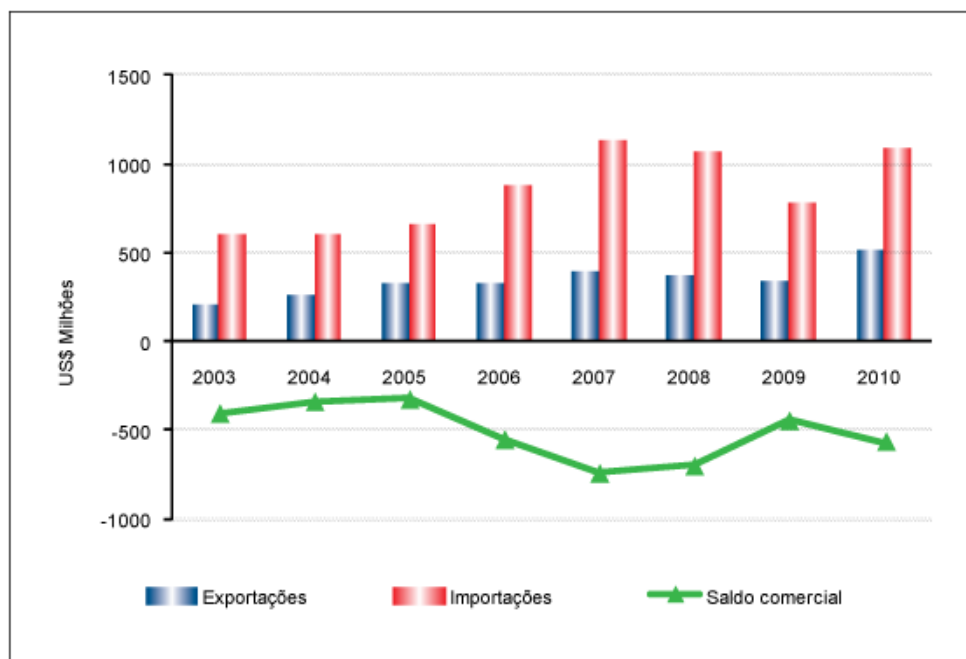


Fonte: Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia.

Além disso, o Ministro do Comércio da Colômbia, Díaz Granados, anunciou o início das negociações para um Tratado de Livre Comércio (TLC) com o Japão, cujo cronograma será decidido nas próximas semanas. O acordo visa aumentar as exportações de setores agrícolas e alimentícios, e ao mesmo tempo incentivar o investimento japonês em setores manufatureiros e de serviços. O Gráfico 2 mostra a evolução do comércio bilateral entre a Colômbia e o Japão. Enquanto as exportações colombianas estão concentradas principalmente em produtos agrícolas (como café e chá) e minerais, o Japão exporta bens de capital e insumos industriais.

Gráfico 2: Comércio da Colômbia com o Japão

Em US\$ milhões



Fonte: Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia.

Por outro lado, durante a Cúpula de Líderes do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) realizada na Rússia em 8 e 9 de setembro, o ministro do Comércio Exterior e Turismo do Peru, José Luis Silva Martinot, anunciou que seu país convidou a Indonésia para iniciar conversações para um Tratado de Livre Comércio.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“Países da Apec buscam se integrar para crescer”](#), em: *Carta Mensal No 193*, setembro de 2012.
- BID-INTAL. [“Novas dimensões da relação Ásia-América Latina”](#), em: *Carta Mensal No 187*, março de 2012.

CAN lança campanha para promover a conservação do Amazonas

No âmbito do Programa BioCAN, os países da Comunidade Andina (CAN) lançaram a campanha “Amazônia Nossa” com o objetivo de gerar consciência sobre a importância da conservação da região e promover seu uso sustentável. Considerando que 60% do território dos países andinos é amazônico, a CAN busca fomentar o senso de pertencimento à cidadania nessa região. A campanha, integrada por um spot de televisão e diversas atividades culturais e educacionais, está orientada para divulgar e visibilizar a riqueza biológica e cultural da região amazônica dos países andinos.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Acordo dos países da CAN sobre medidas para deter o desmatamento](#)”, em: *Carta Mensal INTAL No193*, setembro de 2012.

Mais informações no seguinte [link](#).

MERCOSUL

Medidas comerciais e de estímulo para carros, informática e turismo

Como parte do Plano Brasil Maior[1], no dia 4 de outubro o Brasil [publicou](#) o decreto que regulamenta o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto), que entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2013. Este plano busca atingir metas de segurança, eficiência energética e maior competitividade na indústria automotiva brasileira, principalmente por meio de reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A norma estabelece que as empresas que produzem no Brasil deverão cumprir determinadas exigências de investimento em pesquisa e desenvolvimento, engenharia, tecnologia industrial básica e desenvolvimento de fornecedores, entre outros itens. Também prevê que empresas importadoras que cumpram determinados requisitos receberão créditos fiscais equivalentes a parte das suas despesas com insumos estratégicos, que poderão ser utilizados para pagar o IPI. Assim, poderão evitar a alíquota adicional de 30 pontos percentuais deste imposto, implementada em setembro de 2011.[2] São requisitos, entre outros, importar veículos mais econômicos, e realizar no país investimentos em pesquisas e desenvolvimento, engenharia e desenvolvimento de fornecedores.

Com relação ao impacto do programa *Inovar-Auto* fora do bloco, [a União Europeia e a Austrália tinham apresentado consultas](#) ao Comitê de Medidas de Investimentos Relacionadas ao Comércio (MIC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) no dia 20 de setembro. Na apresentação realizada, a UE e a Austrália destacaram que a medida parecia incompatível com as normas da OMC, entre elas as estabelecidas no parágrafo 4 do artigo III do Gatt e no parágrafo 1º do artigo 2 do Acordo sobre as MICs, ao dar um tratamento menos favorável aos produtos importados do que aos produtos nacionais.

É importante destacar que as mudanças na regulamentação no Brasil também terão impacto sobre os fornecedores localizados dentro do Mercosul. A indústria automotiva é um dos setores mais relevantes do intercâmbio comercial entre os países do Mercosul, representando quase um terço do total em 2011. A atividade automotiva é – junto com a açucareira – uma das duas atividades excluídas do livre comércio intrarregional. O intercâmbio de produtos do setor é regido por acordos

bilaterais voltados para promover a integração e a especialização regional por meio de um sistema de contingentes tarifários e regras de origem baseadas no conteúdo regional.[3] Além disso, o complexo automotivo registra os níveis mais altos da tarifa externa comum (TEC) – aplicada sobre as importações originárias do restante do mundo -, o que favorece o intercâmbio intrabloco. Neste contexto, o mercado regional tem uma relevância especial para as exportações automotivas dos países do Mercosul: é o destino de 57,9% das vendas brasileiras, mais de 75% dos argentinos, 88% dos uruguaios e 92% dos paraguaios (Quadro 1).

Quadro 1. Exportações do setor automotivo no Mercosula

Valor US\$ milhões e participação em %. Dados de 2011.

País/Bloco	Participação setor automotivo nas exportações totais ao Mercosul	Participação do Mercosul nas exportações totais do setor automotivo	Valor
Argentina	35,1%	75,9%	7.754
Brasil	33,6%	57,9%	9.366
Paraguai	0,1%	92,0%	1,8
Uruguai	4,9%	88,0%	93,2
Mercosul	31,5%	65,0%	17.215

Obs.: aCIIU 3410, 3420 e 3430. Fonte: Elaboração própria com dados do Comtrade e do BCU.

No marco da redefinição da política automotiva do Brasil, cabe destacar que recentemente [o maior sócio do bloco e o Uruguai renovaram o acordo automotivo bilateral](#), que busca preservar a fluidez do comércio do setor entre os dois países.

Outras medidas que afetam o comércio de bens e serviços

Além das disposições relacionadas com o setor automotivo, recentemente os países do Mercosul adotaram outras medidas comerciais relevantes, descritas a seguir.

Por um lado, o **Brasil** decidiu [aumentar as tarifas sobre a importação de bens de informática e de telecomunicações](#) (BIT). O aumento afeta três categorias de produtos: os equipamentos de alimentação ininterrupta de energia(UPS) (de 14% para 20%), os cartões de memória (de 0% para 16%) e os circuitos impressos (de 10% para 12%). Deve-se destacar que esta medida se baseia na [Decisão 57/10](#), segundo a qual até 2015 os membros do Mercosul podem aplicar alíquotas diferentes da tarifa externa comum (TEC) sobre as importações de BIT, independentemente da lista geral de exceções à TEC de cada país.

Além disso, a maior economia do Mercosul buscará fomentar a produção industrial local por meio das [compras governamentais](#). Para isso, nas licitações do governo federal será concedida uma margem de preferência de 14% a 17% para caminhões, furgões e implementos rodoviários produzidos no Brasil. Isto se soma às preferências de 8% a 25% já existentes em outros setores como confecções, calçados, retroescavadeiras, motoniveladoras, produtos farmacêuticos e produtos biológicos. Cabe destacar que entre as principais reclamações da Argentina ao Brasil está a participação dos fornecedores do Mercosul nas licitações brasileiras em igualdade de condições com os ofertantes locais.

Por outro lado, o **Uruguai** anunciou uma série de [medidas com o objetivo de estimular o turismo receptivo](#) no próximo verão: devolução de até 22% do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) sobre serviços turísticos prestados a pessoas físicas não residentes e pagos por meio de cartões de crédito e/ou débito emitidos no exterior, devolução de 10,5% do preço do aluguel de imóveis turísticos a não residentes, ampliação dos pontos em fronteira onde se faz a devolução do IVA a turistas, benefícios no abastecimento de combustíveis e na compra de equipamentos móveis e de banda larga. Estas medidas buscam promover a exportação de serviços turísticos para a Argentina, que poderia ser afetada pelas medidas cambiais implementadas por este país nos últimos meses.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [Aumento de tarifas em resposta ao cenário internacional instável](#), em: *Carta Mensal INTAL N°192*, agosto de 2012.
- BID-INTAL. [Mais medidas comerciais nos países do Mercosul](#), em: *Carta Mensal INTAL N°191*, julho de 2012.
- BID-INTAL. [Medidas comerciais se intensificam no Mercosul](#), em: *Carta Mensal INTAL N°190*, junho de 2012.
- BID-INTAL. [Políticas ativas em países do Mercosul diante do desaquecimento da economia no mundo](#), em: *Carta Mensal INTAL N°188*, abril de 2012.
- BID-INTAL. [Acompanhamento da agenda interna e externa](#), em: *Carta Mensal N°187*, março de 2012.
- BID-INTAL. [Contexto externo motiva exceções transitórias à Tarifa Externa Comum](#), em: *Carta Mensal INTAL N°185*, janeiro de 2012.

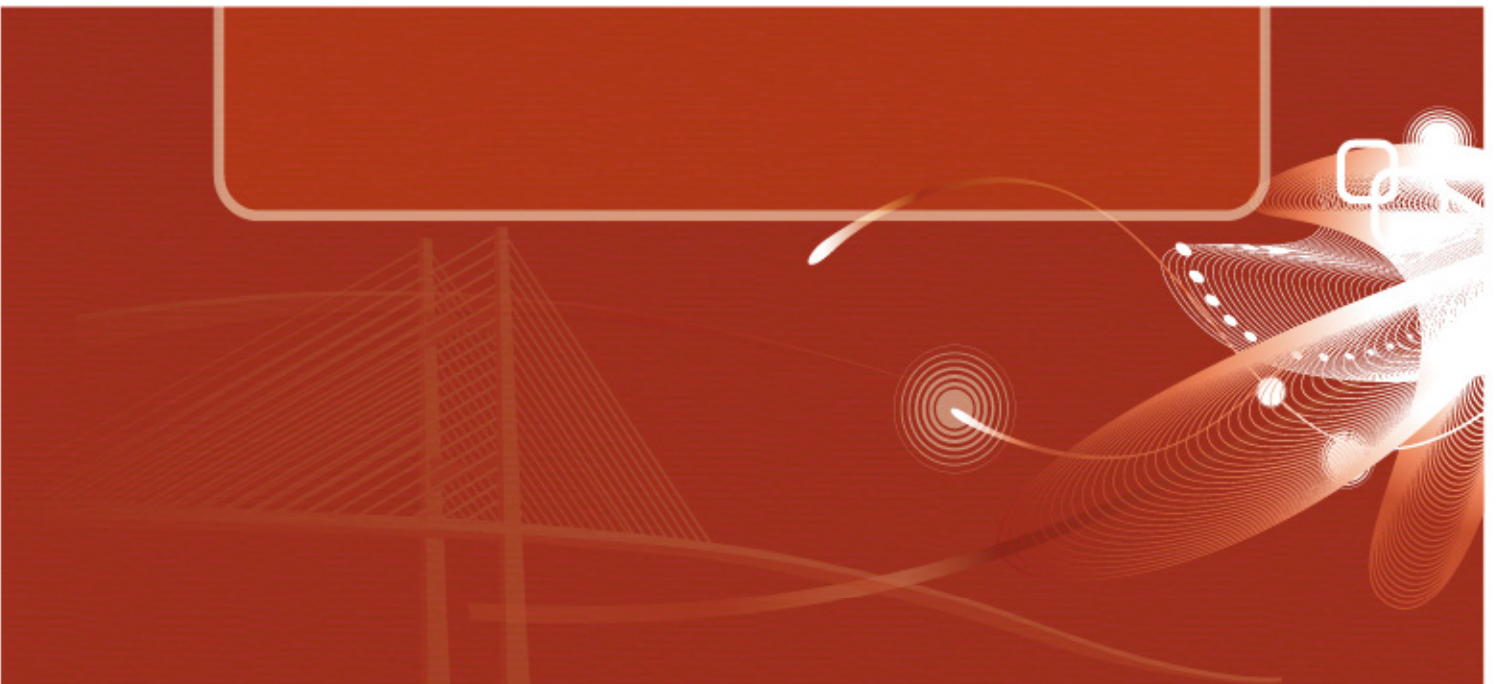
[1] BID-INTAL. [Plano “Brasil Maior” para aumentar a competitividade](#), em: *Carta Mensal INTAL N°180*, agosto de 2011.

[2] BID-INTAL. [Atividade do Mercosul voltada para o mercado regional](#), em: *Carta Mensal INTAL N°182*, outubro de 2011.

[3] As regras de origem são as normas que determinam quando um produto é originário ou não de um determinado país e, portanto, permitem estabelecer quando uma mercadoria se beneficia ou não do tratamento preferencial. No caso do comércio automotivo no Mercosul, não é o “salto tarifário” (transformação que permite a mudança de classificação de acordo com a partida tarifária e a regra de origem usada mais frequentemente) que confere a origem, e sim a porcentagem do conteúdo regional do valor do produto.



Panorana Regional e Global





Fórum Público da OMC 2012 analisa o multilateralismo

De 24 a 26 de setembro, a Organização Mundial do Comércio (OMC) promoveu o Fórum Público 2012, com o tema “O multilateralismo está em crise?”.

A [agenda](#) deste ano discutiu três assuntos centrais, durante 44 sessões:

1. **A formulação de novas formas de abordar a abertura multilateral do comércio**, por meio da identificação dos desafios que o multilateralismo enfrenta hoje e de novas formas de lidar tanto com os temas nos quais é possível avançar (serviços e facilitação do comércio), como com os que continuam em discussão, mas que ficaram à margem das negociações da Rodada Doha. Entre estes últimos cabe destacar a necessidade de continuar avançando rumo a um acordo final recíproco entre 47 membros sobre compras governamentais e progredir nas discussões sobre a modernização do Acordo OMC sobre Tecnologia da Informação (ITA-II), além de continuar analisando a questão do tratamento especial e diferenciado para os Programas Mundiais de Alimentos (PMAs).
Por outro lado, a proliferação de acordos comerciais regionais (ACR) e de acordos preferenciais de comércio (ACP) ampliaram a necessidade de reforçar as regras e procedimentos da OMC, a fim de incrementar a compatibilidade e a complementaridade entre estes acordos e o sistema multilateral de comércio.
2. **A necessidade de abordar os temas do século 21** e como a OMC se adaptará aos desafios que ganham cada vez mais importância, como a segurança alimentar, o comércio de recursos naturais e seu impacto sobre o meio ambiente, o nexos entre comércio e emprego e as cadeias globais de valor.
3. **A crescente participação dos atores não estatais no fortalecimento do sistema multilateral de comércio** e seu possível papel de monitoramento da implementação de acordos comerciais.

No [discurso de abertura](#), Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, afirmou que em um período marcado pela forte crise econômica global “as regras do jogo precisam de ajustes, tanto no âmbito do comércio, da economia, do meio ambiente e da segurança alimentar como em todos os aspectos da formulação de políticas internacionais”.

Em resposta à pergunta sobre se o multilateralismo está em crise, foi apresentada a publicação *The Ashgate Research Companion to International Trade Policy*,^[1] organizada pela London School of Economics and Political Science e Ashgate Policy. O estudo analisa os aspectos mais significativos da política comercial internacional em função da crise financeira mundial, a estagnação da Rodada de Doha e o prejuízo que isso causou para a OMC.

O tema central do Fórum também foi debatido por Anabel González, ministra do Comércio Exterior da Costa Rica, e Eduardo Pérez Motta, presidente da Comissão Federal de Concorrência do México, com Josep Bosch, porta-voz da OMC. Assista ao vídeo do debate.

As negociações da Rodada de Doha começaram há uma década e não há sinais de que estejam perto de serem concluídas. Apesar desta realidade assumida pela instituição, no seu [relatório](#) sobre a Rodada de Doha apresentado na reunião do Conselho Geral no dia 25 de junho passado, Pascal Lamy deixou claro que “uma posição de tudo ou nada não funciona”. Na mesma linha, no seu [relatório](#) da reunião do Conselho Geral dos dias 3 e 4 de outubro, ele incentivou os negociadores a começarem a pensar de maneira criativa sobre como reduzir suas diferenças e conseguir avanços em certas áreas específicas das negociações, aproveitando os sinais de impulso revelados nestes últimos meses no trabalho de Doha.

A posição de Lamy sobre a forma de chegar a algum acordo em Doha foi compartilhada e expressamente apoiada por Yi Xiaozhun, embaixador chinês na OMC no seu [discurso](#) do dia 3 de outubro. O embaixador expressou seu otimismo sobre a possibilidade de chegar a resultados tangíveis em Doha, declarando que a China, segunda maior economia mundial, é contra qualquer proposta de declarar o fim da Rodada. Xiaozhun fez esta declaração em referência ao artigo “[Goodbye Doha, hello Bali](#)”, que propõe encerrar as negociações e retomar o que possa ser aproveitado em uma “Rodada Global de Recuperação”. Esta nova rodada teria o objetivo de evitar que os acordos de livre comércio, objetivo dos países durante a última década, substituam o sistema multilateral de comércio.

Sem dúvida, o apoio dos Estados Unidos é fundamental para o sucesso das negociações da Rodada de Doha, mas o tipo de compromisso adotado pela China também será extremamente importante para a OMC. Uma conclusão bem-sucedida da Rodada de Doha garantiria que os países emergentes assumiriam uma posição de liderança determinante para os resultados obtidos na Rodada, o que sem dúvida será benéfico para todos os países em desenvolvimento. A China, a Índia e o Brasil estariam na liderança.

[1] Editado por Kenneth Heydon, London School of Economics, Reino Unido, e Sciences-Po, França, e Stephen Woolcock, London School of Economics, Reino Unido, 2012.

Reunião Anual do FMI e do Banco Mundial: preocupação com a desaceleração e a incerteza

De 9 a 14 de outubro foi realizada a 26ª Reunião Anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), em Tóquio, Japão. Na “[Agenda de Política Global](#)”, foram resumidas as principais conclusões e recomendações de política multilateral e definida uma agenda futura para o FMI e seus membros. O documento também destaca a preocupação com a desaceleração do crescimento global e a incerteza dominante.

O [Comunicado](#) divulgado pelo Comitê Monetário e Financeiro Internacional (CMFI) aponta a necessidade de que, por um lado, as economias avançadas promovam as reformas estruturais necessárias e coloquem em prática planos fiscais críveis; e, por outro, que as economias emergentes mantenham a sua flexibilidade política para enfrentar choques adversos e apoiar o crescimento.

O presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, pediu que sejam redobrados os esforços para acabar com a pobreza. Por meio do [Comunicado do Comitê para o Desenvolvimento](#) foi ratificado o compromisso de adotar medidas enérgicas para promover o crescimento e o desenvolvimento, continuar apoiando uma economia mundial aberta e cumprir com as promessas de assistência para o desenvolvimento.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Reunião anual do FMI e do Banco Mundial defende apoio ao crescimento](#)”, em: *Carta Mensal Nº182*, outubro 2011.

Acordo de Associação Transpacífico: México e Canadá se incorporam às rodadas de negociações

No último dia 6 de setembro, o Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) anunciou que o México e o Canadá vão participar formalmente das rodadas de negociações para o Acordo de Associação Transpacífico (TPP, sigla em inglês).

O TPP tem como objetivo criar uma área de integração econômica na região da Ásia-Pacífico. Os países participantes das negociações buscam elaborar um acordo inclusivo e de alta qualidade que estimule o desenvolvimento e o crescimento econômico entre seus membros.

A iniciativa foi originalmente proposta pelos países que fazem parte do Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica: Brunei Darussalam, Chile, Nova Zelândia e Cingapura.

Depois, em 2008, aderiram os Estados Unidos, Austrália, Peru e Vietnã, e em 2010 a Malásia.

Até agora foram realizadas 14 rodadas de negociações e estão em discussão 29 capítulos entre os quais figuram questões relacionadas com o acesso a mercados, regras de origem, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, serviços transfronteiriços, telecomunicações e compras do setor público. Os temas mais duros da negociação são os relativos aos direitos de propriedade intelectual e ao papel das empresas estatais.

Como foi destacado na [Carta Mensal Nº 175](#), a importância do TPP para os países latino-americanos que participam do processo é variada. Enquanto o Peru tenta aumentar o intercâmbio comercial com as demais partes, o Chile, que já tem acordos de livre comércio com vários dos países (Austrália, Estados Unidos, Malásia e Peru, e está negociando com o Vietnã), pretende, além de participar da área de livre comércio, se concentrar em procedimentos alfandegários mais diligentes e coerência regulatória. O México espera abrir mercados para produtos agroalimentícios, como tequila, cerveja, carne, frutas e hortaliças, e aproveitar ao máximo seu papel nas cadeias globais de abastecimento.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Acordo de Associação Transpacífico decide esquema de negociação](#)”, em: *Carta Mensal Nº184*, dezembro de 2011.
- BID-INTAL. “[Quinta rodada de negociações do Acordo de Associação Transpacífico](#)”, em: *Carta Mensal Nº175*, março de 2011.

Mais informações em:

- International Centre for Trade and Sustainable Development. [“Virginia Talks Yield Progress on TPP, Though Deadline Remains Elusive”](#), em: *Bridges Weekly*, v. 16, n. 31, 19th September 2012.
- International Centre for Trade and Sustainable Development. [“TPP: incorporación de México en la ronda de negociaciones”](#), em: *Pontes Quincenal*, v. 9, n. 14, septiembre de 2012.
- Secretaria de Economía, México. [“México ingresa formalmente al TPP”](#).

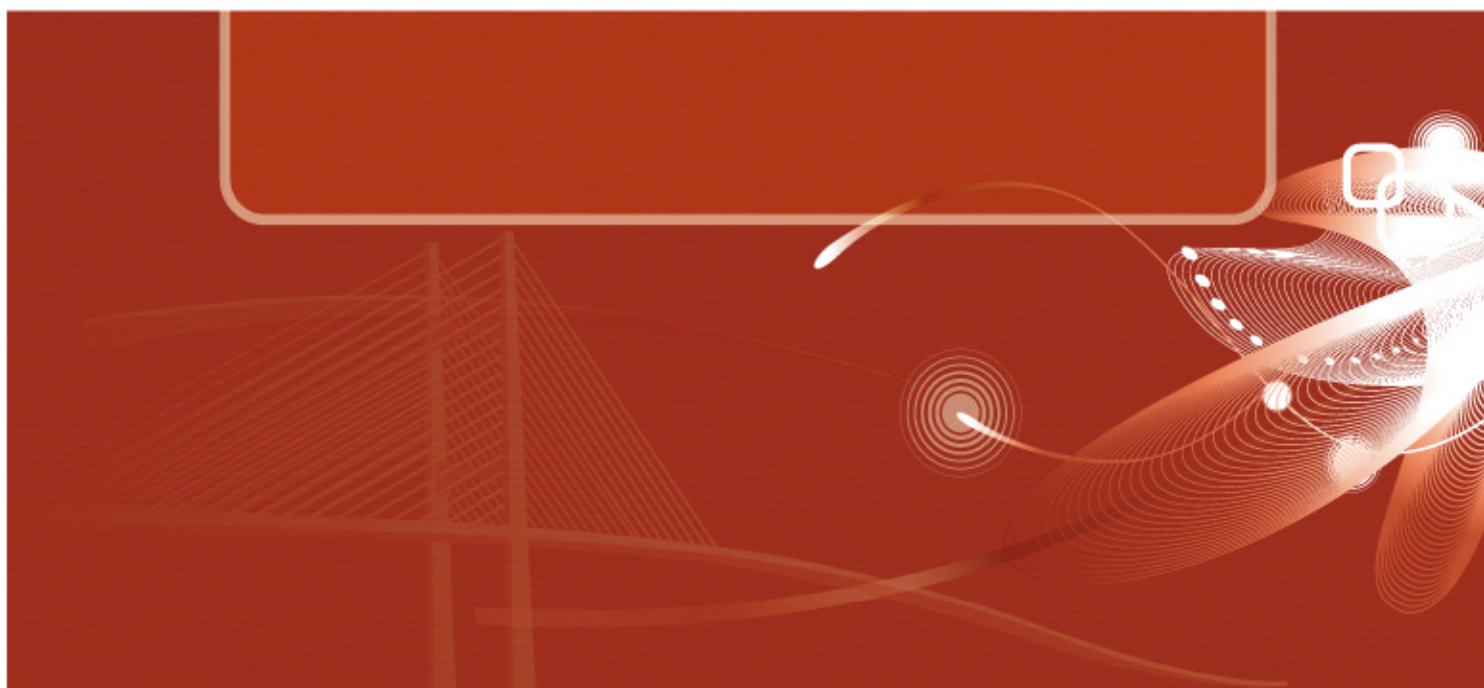
3ª Cúpula de Países da América do Sul e Árabes

Nos dias 1 e 2 de outubro foram realizadas em Lima, Peru, a 3ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e de Países Árabes ([Aspa](#)) e a Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores desses países. Os representantes se manifestaram, na [Declaração de Lima](#), a favor da paz e condenaram os atos de terrorismo. Além disso, os países expressaram sua vontade de avançar em tarefas conjuntas nas áreas de luta contra a pobreza, infraestrutura, crescimento econômico e comércio entre as duas regiões.

A Cúpula, cuja Presidência *Pro Tempore* é exercida pelo Peru, é um fórum de coordenação política entre os países destas duas regiões, assim como um mecanismo de cooperação no âmbito da economia, da cultura e de outros temas relevantes para o desenvolvimento sustentável desses países e para contribuir para a paz mundial. A primeira Cúpula foi realizada em Brasília em 2005 e a segunda em Doha, Qatar, em 2009.



Boletim de notícias do INT



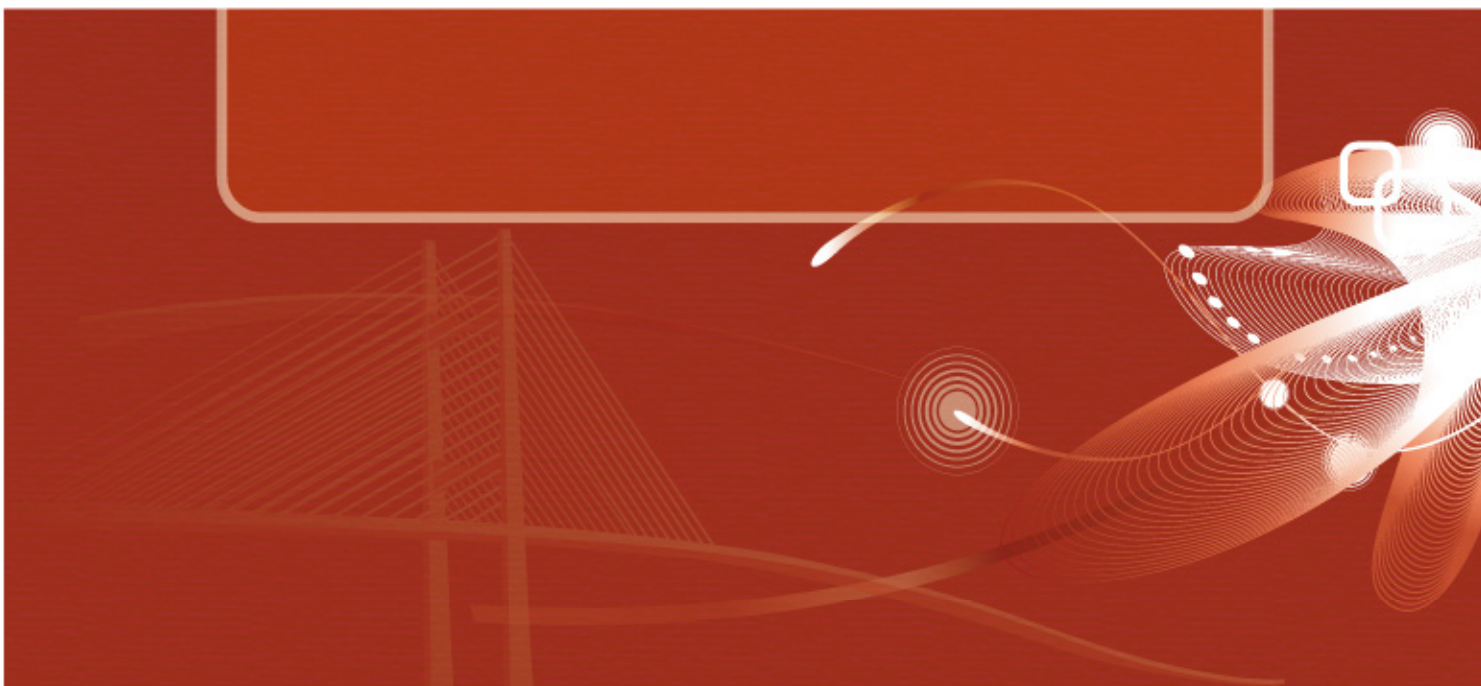


Setor de Integração e Comércio

Visite o número mais recente do Boletim do Setor de Integração e Comércio para mais atividades, eventos e publicações ([link](#)).



Centro de Documentação INTAL





Resenhas Bibliográficas

Panorama da Inserção Internacional da América Latina e do Caribe 2011-2012: Crise duradoura no centro e novas oportunidades para as economias em desenvolvimento. Santiago do Chile: Cepal, setembro de 2012. 175 p.

No seu relatório anual sobre a inserção internacional da América Latina e do Caribe, a Cepal analisa a conjuntura econômica internacional e seu impacto para a região a curto prazo, além de determinadas tendências da especialização exportadora da região e seus principais desafios, em uma avaliação a longo prazo.

O *primeiro* capítulo descreve a lenta recuperação da economia global em meados de 2012, caracterizada por incerteza e turbulências, e cujo obstáculo principal é o desempenho da Zona do Euro; a este quadro se somam uma lenta melhoria dos Estados Unidos e a desaceleração da China. O *segundo* capítulo trata do aumento pronunciado dos preços dos produtos básicos desde o ano 2000 e o papel da China neste auge. Ao mesmo tempo, analisa o impacto sobre as exportações da América Latina e do Caribe, diferenciado entre a América do Sul e o restante da região. As estimativas da Cepal mostram que, mesmo no cenário mais pessimista, nos próximos anos os preços destes produtos se manterão acima das suas médias históricas, embora inferiores aos máximos alcançados em meados de 2008.

O *terceiro* capítulo descreve, por um lado, a evolução recente do comércio da região, mostrando a desaceleração entre o terceiro trimestre de 2011 e o segundo trimestre de 2012, evidenciada em maior escala nas exportações intrarregionais. Por outro lado, são analisados os acontecimentos relevantes no âmbito institucional da integração econômica do último ano, tais como o ingresso da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul), a constituição formal da Aliança do Pacífico, os avanços rumo ao estabelecimento de um espaço de livre comércio entre o México e o conjunto dos países centro-americanos e a incorporação do Panamá ao Subsistema Econômico da Integração Centro-Americana. Examina-se também a implementação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e, em seguida, a dos trabalhos da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) sobre a promoção do comércio intrarregional.

No *quarto* capítulo analisa-se a inserção internacional da América Latina e do Caribe. Descreve-se principalmente o desempenho exportador regional por meio da participação em cadeias de valor, o

emprego exportador e a participação das empresas na atividade exportadora. Em primeiro lugar, é analisado o comércio de bens intermediários[1] como indicador da fragmentação dos processos produtivos, destacando que, em 2011, representaram 10% das exportações da região. O trabalho destaca que este percentual se registra tanto no comércio extrarregional como no intrarregional, o que implica que o maior peso do comércio manufatureiro dentro da região não se traduz em mais comércio intrarregional de bens intermediários. Esta pequena participação dos bens intermediários no comércio intrarregional é um sinal de baixa integração produtiva, que difere do que ocorre em outros agrupamentos econômicos, como a Asean (onde está em torno de 30%), o TLCAN e a União Europeia (entre 20 e 25%). A publicação sustenta que, no padrão exportador da região, só o México, a América Central e – em menor escala - o Caribe ocupam um lugar importante nas cadeias globais de valor (CGV). Esta participação se dá principalmente por meio das maquiladoras e das zonas francas de processamento para a exportação, cuja produção se dirige majoritariamente ao mercado dos Estados Unidos. Entre os fatores que explicam a baixa participação da região nas CGVs destacam-se o acesso a mercados (barreiras ao comércio, regras de origem restritivas, etc.) e a dimensão logística: maiores custos de transporte, custos associados a operações de comércio exterior e o déficit de infraestrutura de transporte.

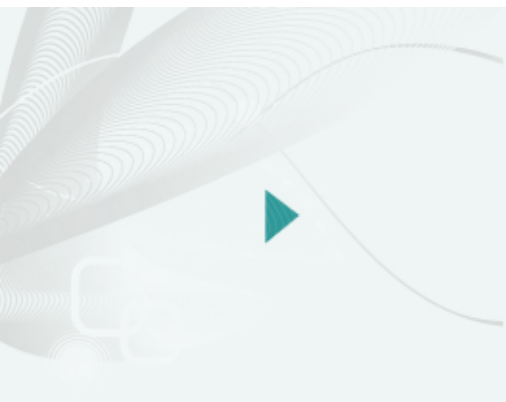
Em segundo lugar, analisa-se o emprego, tanto direto como indireto, gerado pelo setor exportador em uma seleção de países latino-americanos[2] em 2005, que representou de 9 a 24% do emprego total. O relatório afirma que o emprego pelo setor se concentra em atividades agroexportadoras (que incluem alimentos e bebidas, e tabaco) e das indústrias leves (principalmente de têxteis e confecções, calçados, madeira, celulose e papel).

Em terceiro lugar, é descrita a evolução das empresas exportadoras na região. A proporção de empresas que participam das exportações é muito pequena, abaixo de 2% do total de companhias na maioria dos países, e inclusive inferior a 1% em muitos deles. Apesar de as grandes empresas concentrarem um percentual muito elevado do valor exportado, não são necessariamente elas que geram mais emprego. Outra característica relevante é que a internacionalização das pequenas e médias empresas é relativamente baixa, e a sua contribuição é principalmente indireta, por meio da provisão de bens e serviços a grandes empresas exportadoras, ou mediante a venda da sua produção para intermediários, a qual depois é comercializada nos mercados internacionais. No final o trabalho propõe algumas diretrizes estratégicas. Por um lado, discute-se a importância de fortalecer o mercado regional, devido à sua capacidade de conduzir a um desenvolvimento inclusivo e de criar vantagens competitivas dinâmicas. Para tal a Cepal defende que é necessário avançar no desenvolvimento da infraestrutura, na redução das assimetrias e nos processos de inovação e políticas tendentes a elevar a competitividade. Por outro lado, o documento sugere dar um salto de qualidade na relação com a China em especial, e com a região da Ásia e do Pacífico em geral, por meio da reunião de esforços nacionais e da definição de uma agenda regional de prioridades.

A principal contribuição do trabalho está em visualizar a inserção internacional da região por uma perspectiva de longo prazo graças a uma bateria incomum de indicadores. A análise sobre as cadeias globais de valor oferece uma boa visão da situação na região e chama a atenção para a necessidade de implementar políticas que aprofundem o comércio intrarregional de bens intermediários.

[1] Inclui os produtos catalogados como “Partes de...” na revisão 2 da Classificação Uniforme para Comércio Internacional (Cuci), como os têxteis (seções 61 e 65), maquinaria e equipamentos de transporte (seção 7), manufaturas metálicas (seção 69) e outras manufaturas (seção 8).

[2] Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai.



Alerta Bibliográfica

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#)

Bibliografias em destaque do mês

* Montenegro, C.; Pereira, M. y Soloaga, I. (2011). El efecto de China en el comercio internacional de América Latina = China's effect on IMTIN America's international trade. International Research Journal of Finance and Economics, 38(2), p. 341-368.



Autor:Montenegro, Claudio E.; Pereira, Mariana; Soloaga, Isidro
Título:El efecto de China en el comercio internacional de América Latina = China's effect on IMTIN America's international trade
Serie:International Research Journal of Finance and Economics (2011) ; 38 (2) : p. 341-368
Temas:<COMERCIO INTERNACIONAL><RELACIONES COMERCIALES><MODELOS ECONOMETRICOS>
Geográficos:<AMERICA LATINA><CHINA>

Resumen:Haciendo uso de modelos gravitacionales, se analizan los flujos agregados de comercio con el fin de identificar los efectos de China sobre el comercio de América Latina. Entre las principales conclusiones se encuentran las siguientes: i) El crecimiento del mercado chino no fue desaprovechado por los países de América Latina; ii) A nivel agregado no se encontró que las importaciones que los socios comerciales latinoamericanos hacen de China hayan desplazado a las importaciones que éstos hacen de América Latina; iii) Sólo hay una asociación positiva entre importaciones de China y exportaciones a terceros mercados en el caso del Cono Sur.

Accesos al documento:
eH Z ESTUDIOS.ECON. [2011] 38, 2 : p. 341-368
Documento Electrónico

* Romero Jiménez, M. (2012). Estudio sobre la cooperación en el Acuerdo Global México - Unión Europea. Santiago de Chile: CEPAL.



Autor:Romero Jiménez, Máximo

Título:Estudio sobre la cooperación en el Acuerdo Global México - Unión Europea

Otros responsables:Marmolejo Henderson, Karla, colab.; Chávez Ramos, Edith, colab.

Edición:Santiago de Chile: CEPAL, Julio de 2012 [106 p.]

Serie:Documento de Proyecto; 489

Temas:<INTEGRACION REGIONAL><UNION EUROPEA, UE><COOPERACION INTERNACIONAL><COMPETITIVIDAD><DESARROLLO SOCIAL><COHESION SOCIAL><PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESAS, PYMES><COYUNTURA ECONOMICA><CRISIS>

Geográficos:<EUROPA><MEXICO>

Resumen:La Unión Europea representa el bloque económico más importante del mundo. Actualmente está integrada por 27 países, entre los cuales se encuentran algunos que destacan por contar con los ingresos per cápita más altos a nivel mundial. Para México, la Unión Europea significa el segundo socio comercial más importante, solo después de los Estados Unidos, así como la segunda fuente de inversión, al tiempo que dicho bloque regional constituye su principal donante en materia de cooperación internacional¹. Las relaciones de cooperación entre México y la Unión Europea, distantes todavía a mediados del siglo pasado, han experimentado una importante transformación en la medida en que ambos actores han implementado una serie de medidas de control, estabilidad e influencia macroeconómicas, incluso frente a los vaivenes de la economía mundial y las crisis financieras internacionales de las últimas décadas. De esta forma, ambas partes, han desarrollado diversas estrategias de inserción y competitividad en mercados mundiales, como la integración y ampliación regional, en el caso de la Unión Europea, y de la diversificación comercial con terceros países y bloques regionales, en el caso de México. A través del Acuerdo para Concertación Política, Asociación Económica y Cooperación, también conocido como "Acuerdo Global", México y la Unión Europea han consolidado mecanismos de vinculación cada vez más institucionalizados para la interlocución, negociación y cooperación entre ambas partes.

Nota de contenido:

Resumen [p. 7]

- I: Introducción a las relaciones entre México y la Unión Europea [p. 9]**
 - A: Antecedentes de la cooperación entre la Comunidad Europea y México [p. 9]**
 - B: Los primeros contactos (1960-1975) [p. 11]**
 - C: Fluctuando entre la distancia y el acercamiento (1975-1991) [p. 12]**
- II: El Acuerdo para la concertación política, asociación económica y cooperación entre México y la Unión Europea: el Acuerdo Global [p. 15]**
 - A: El diálogo político entre México y la Unión Europea [p. 17]**
 - B: La agenda del diálogo político México-Unión Europea [p. 17]**
- III: La cooperación entre México y la Unión Europea: institucionalización, experiencias y alcances [p. 19]**
 - A: La política de cooperación de México y el desarrollo nacional [p. 19]**
 - B: El Estado de derecho y el fortalecimiento institucional [p. 21]**
 - C: Primera programación de la cooperación México - Unión Europea (2001-2006) [p. 22]**
 - D: El Documento de Estrategia País (CSP) para México (2002-2006) y sus referencias en materia de cooperación euromexicana [p. 23]**
 - E: Desarrollo social y reducción de las desigualdades [p. 23]**
 - F: Crecimiento y apoyo económico a las reformas y competitividad económicas [p. 24]**
 - G: Cooperación científica y tecnológica [p. 26]**
 - H: Consolidación del Estado de Derecho y fortalecimiento institucional [p. 27]**
 - I: Reflexiones sobre el avance institucional de la cooperación euromexicana [p. 27]**
 - J: Documento de Estrategia País 2007-2013 [p. 28]**
- IV: Programas de competitividad económica [p. 31]**
 - A: Proyecto de Facilitación del Tratado de Libre Comercio entre México y la Unión Europea: PROTLCUEM [p. 32]**
 - B: Programa Integral de Apoyo a la Pequeña y Mediana Empresa México-Unión Europea (PIAPYME) [p. 41]**
 - C: Programa de Competitividad e Innovación UE-México (PROCEI) [p. 49]**
 - D: Problemas en la implementación de los programas de cooperación: Aplicación del Reglamento de la Unión Europea [p. 53]**
 - E: Aplicación de recursos europeos en el país receptor [p. 53]**
- V: Programa de derechos humanos y reforma de justicia [p. 55]**
 - A: Los Derechos Humanos en México y la importancia de la cooperación internacional [p. 55]**
 - B: Programa Nacional de Derechos Humanos 2008-2012 [p. 56]**
 - C: La cooperación en materia de Derechos Humanos entre México y la Unión Europea [p. 57]**
 - D: Mecanismos de Diálogo Político México-Unión Europea en materia de Derechos Humanos [p. 59]**
 - E: Programa de Cooperación de Derechos Humanos de la Unión Europea**

en México (2003-2007) [p. 59]

F: Programa Nacional Indicativo 2007-2013 para México [p. 60]

G: Experiencias relevantes de la cooperación México-Unión Europea en el ámbito de los Derechos Humanos [p. 61]

VI: Programas de desarrollo y cohesión social [p. 63]

A: Desarrollo y cohesión social en México [p. 63]

B: Programa Nacional de Desarrollo 2007-2012 [p. 64]

C: La Cooperación México- Unión Europea en materia de Desarrollo y Cohesión Social [p. 64]

D: Diálogo Político México-Unión Europea en Cohesión Social [p. 64]

E: Programa Indicativo Nacional 2007-2013 [p. 65]

F: Fortalezas [p. 66]

G: Oportunidades [p. 66]

VII: El acuerdo de cooperación en ciencia y tecnología entre México y la Comunidad Europea [p. 69]

A: Contexto de la cooperación de ciencia y tecnología en la Unión Europea y México [p. 69]

B: El Acuerdo sectorial en Ciencia y Tecnología [p. 70]

C: Participación de México en los Programas Marco de Investigación de la Unión Europea [p. 73]

D: El 7mo. Programa Marco de Ciencia y Tecnología de la Unión Europea [p. 74]

E: Fortalezas [p. 76]

F: La Oficina de Cooperación México-Unión Europea (Proyecto UEMEXCYT) [p. 77]

G: Experiencias relevantes de la oficina de cooperación internacional [p. 78]

H: El Fondo de Cooperación Internacional en Ciencia y Tecnología Unión Europea-México (FONCICYT) [p. 78]

I: Experiencias relevantes del FONCICYT [p. 80]

J: Otras acciones de cooperación derivadas del 7mo. Programa Marco de Investigación de la Unión Europea hacia América Latina y el Caribe [p. 81]

VIII: Otros programas e iniciativas de cooperación temática de la Unión Europea donde participa México [p. 83]

A: Democracia y Derechos Humanos [p. 83]

B: Género [p. 84]

C: Medio ambiente [p. 84]

D: Actores No Estatales [p. 85]

E: Cooperación Triangular [p. 88]

IX: Conclusiones sobre la cooperación entre México y la Unión Europea en el contexto del Acuerdo Global [p. 91]

A: Las fortalezas de la cooperación euro-mexicana: Los factores críticos de éxito [p. 93]

Bibliografía [p. 101]

Accesos al documento:
eHM CEPAL-DP 489 [2012]
Documento Electrónico

texto completo. Si no pudo acceder haga click [aqui](#)

* Deere Birkbeck, C. y Jones, E. (2012). **Beyond the Eighth Ministerial Conference of the WTO: A Forward Looking Agenda for Development.** Oxford: Oxford University.



Autor:Deere Birkbeck, Carolyn; Jones, Emily

Título:Beyond the Eighth Ministerial Conference of the WTO: A Forward Looking Agenda for Development

Edición:Oxford: Oxford University, May 2012 [31 p.]

Serie:GEG Working Papers; 69

Temas:<COMERCIO INTERNACIONAL><ACUERDOS COMERCIALES MULTILATERALES><NEGOCIACIONES COMERCIALES><PAISES EN DESARROLLO><COOPERACION PARA EL DESARROLLO><ORGANIZACION MUNDIAL DEL COMERCIO, OMC>

Resumen:The Eighth Ministerial Conference of the World Trade Organization (WTO) in Geneva, Switzerland, from 15 to 17 December 2011 offers a critical opportunity to generate fresh perspectives to strengthen the multilateral trading system and bring momentum back to trade talks in ways that secure development-friendly outcomes. Rather than being merely a routine exercise, the Ministerial Conference could be harnessed to take stock of where progress has been made and where it falls short on the development front, and to clarify what remains to be done for the poorest, smallest and most vulnerable WTO Members. Failure to address adequately the interests of the WTO's poorest and most vulnerable member states not only damages the development prospects of these countries, but also presents clear risks for the credibility of the multilateral trading system. The paper proceeds in four parts. Part 1 revisits the commitment of the international community to ensuring that the international trading system is tailored to meet the particular needs of developing countries. It highlights the risks and opportunities for developing countries at the forthcoming Ministerial. Part 2 briefly examines the characteristics of LDCs and SVEs and their recent economic and trade performance. Part 3 assesses the lessons learned regarding the strategies that poor and small, vulnerable countries have pursued, particularly the use of coalitions, to advance their interests. Part 4 reviews the state of play on key priorities for the WTO's poorest and smallest Members and sets out key areas for attention at the forthcoming Ministerial and beyond.

Nota de contenido:

Part 1: Poor and Small Countries: Trade and Development Perspectives

Part 2: LDCs and SVEs: Key Characteristics

Part 3: LDC and SVE Participation in the Multilateral Trading System
Part 4: Agenda for the Ministerial Conference and beyond
Conclusions

Accesos al documento:
eHM GEG-DT 69 [2012]
Documento Electrónico

texto completo. Si no pudo acceder haga click [aqui](#)

* Moura, P.; Granço, G.; Harfuch, L. y Nassar, A. (2012, july 20).
Benchmark of cane-derived renewable jet fuel against major
sustainability standards. - San Pablo : ICONE



Autor:Moura, Paula; Granço, Gabriel; Harfuch, Leila; Nassar, André M.,
coord.

Título:Benchmark of cane-derived renewable jet fuel against major
sustainability standards

Edición:San Pablo: ICONE, July 20, 2012 [73 p.]

Temas:<BIOCOMBUSTIBLES><TRANSPORTE AEREO><RECURSOS
ENERGETICOS><ESTUDIOS COMPARATIVOS>

Accesos al documento:

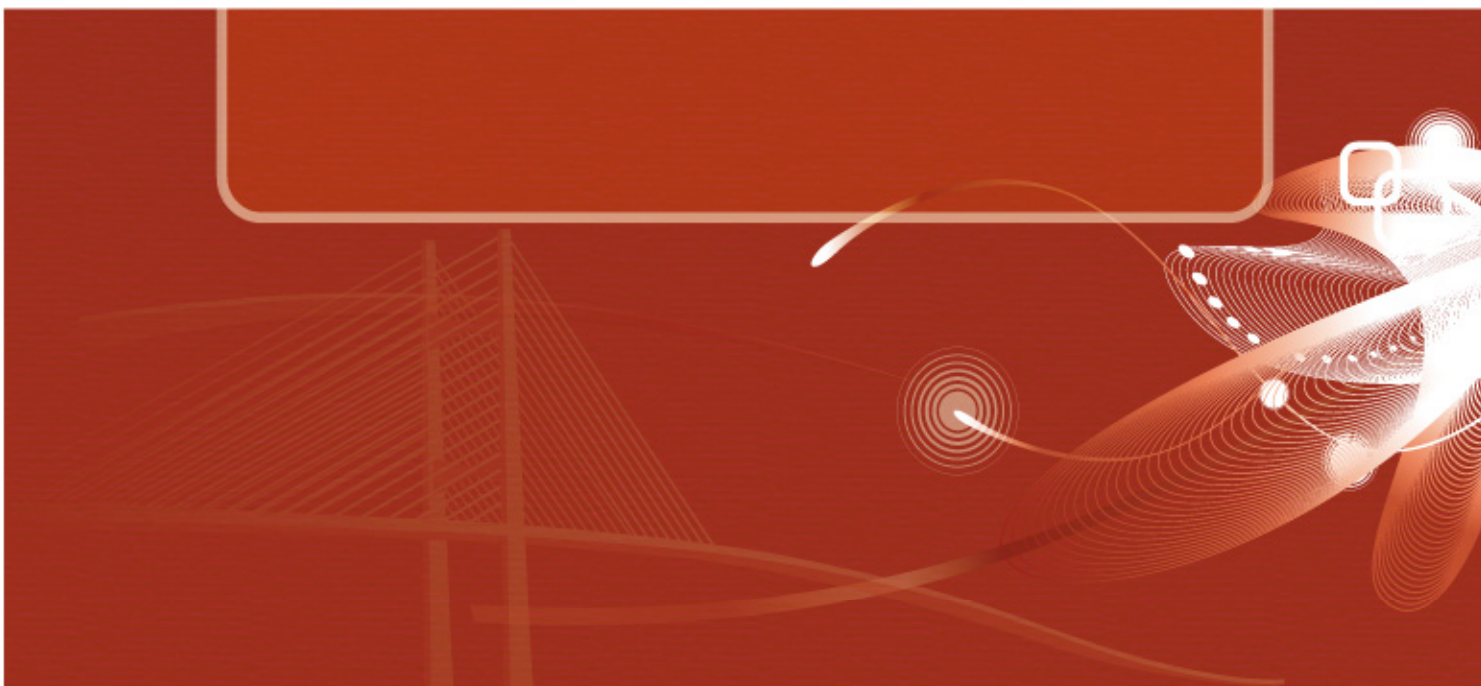
E 620.9 / MOU-BEN / 2012

Documento Electrónico

texto completo. Si no pudo acceder haga click aquí



Redação





Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.

Conselho Diretor:

*Antoni Estevadeordal
Ricardo Carciofi*

Coordenação:

Alejandro Ramos Martínez

Assessoria técnica:

*Rosario Campos
Romina Gayá
Gala Gómez Minujín
Kathia Michalczewsky
Carolina Osorio Duque
Verónica Toscani*

Assistência compilação material:

Enzo Di Muro

Edição:

*Susana Filippa
Julieta Tarquini*

Edição Web:

*Manuel Crotto
Federico Mazzella*

*R.P.I.: 836373
ISSN: 1027-1899*

Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de seu Conselho de Administração, ou dos países que eles representam.

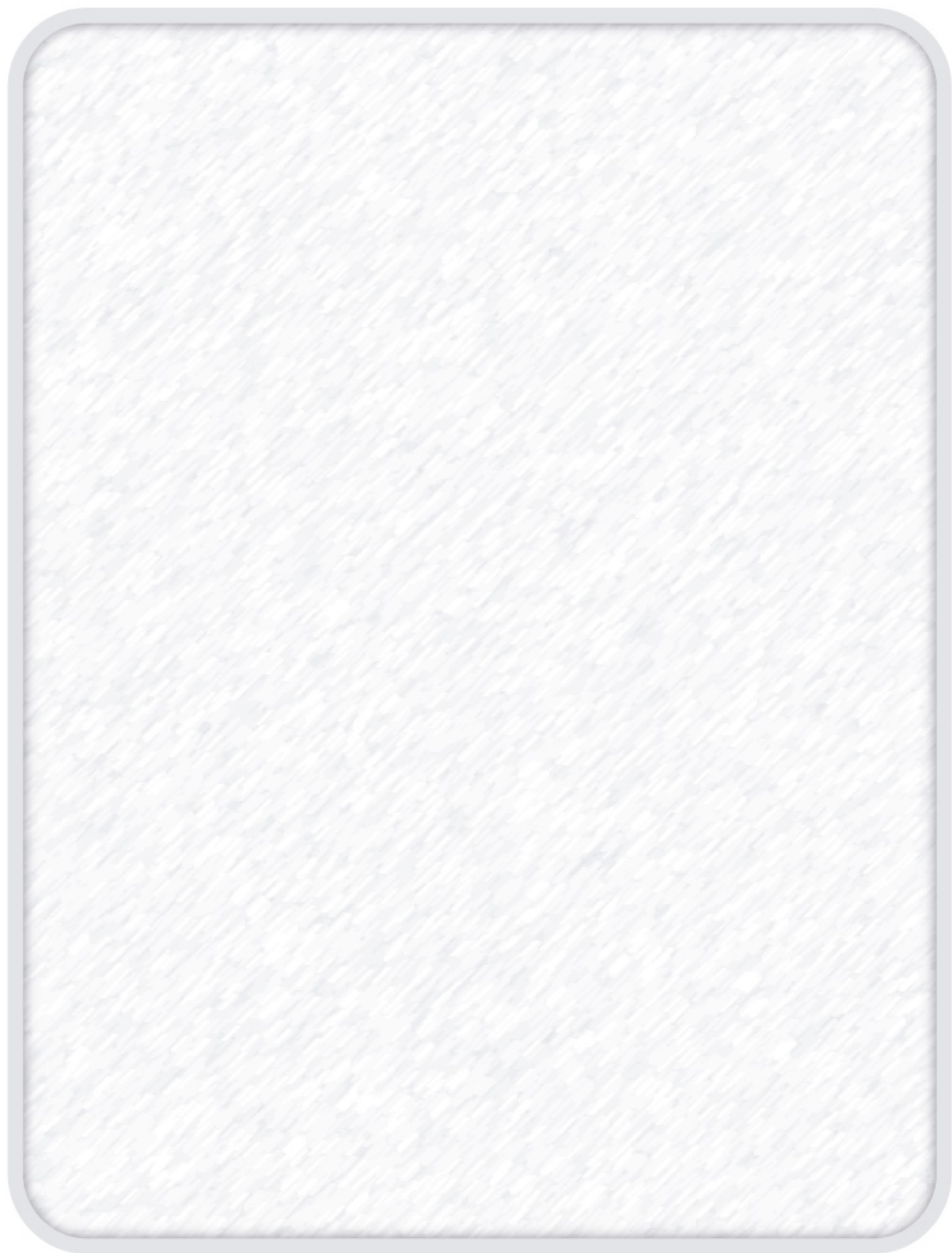
O uso não autorizado para fins comerciais de documentos do Banco é proibido, e pode ser punido no âmbito das políticas do Banco e/ou das leis aplicáveis.

Copyright © [1996] Banco Interamericano de Desenvolvimento. Todos os direitos reservados; este documento pode ser livremente reproduzido para fins não comerciais.

BID-INTAL □ Esmeralda 130, andáres 11 e 16 □ (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina

Links a fontes originais de informação utilizadas neste número:

- Microscopio global sobre el entorno de negocios para las microfinanzas 2012. (2012). Caracas: EIU, 2012. [Link](#).
- Banco Interamericano de Desarrollo, BID. (2011). Supply and Demand Side Assessment of Impact Investment within the Caribbean. Washington: BID. [Link](#).
- Informe al Sector Privado presentado en la Primera Ronda de Unión Aduanera Centroamericana, Segundo Semestre de 2012. (6 de Septiembre de 2012). San Salvador: Ministerio de Economía de El Salvador. [Link](#).
- Secretaría de Integración Económica Centroamericana, SIECA. (2012). Consejo de Ministros de Integración Económica realizó reunión (y) Aprobó plan de acción y solicitud de Guatemala referente a contingentes arancelarios de maíz amarillo y sorgo. Guatemala: SIECA. [Link](#).
- Primera ronda de unión aduanera de la presidencia pro tempore de Nicaragua 2012. (2012). Nicaragua: Ministerio de Fomento, Industria y Comercio de Nicaragua. [Link](#).
- Secretaría de Integración Económica Centroamericana, SIECA. (Octubre 2012). Estado de situación de la integración económica centroamericana. San Salvador: SIECA. [Link](#).
- Sistema de Interconexión Eléctrica Andina, SINEA. (27 de Septiembre de 2012). Declaración de Santiago. Santiago de Chile: SINEA. [Link](#).
- Mercado Común del Sur, MERCOSUR. Consejo del Mercado Común, CMC (2010). Decreto 57/10 del 16/12/2010: Bienes de capital y bienes de informática y telecomunicaciones. Montevideo: Grupo Mercado Común del MERCOSUR. [Link](#).
- International Monetary Fund, IMF. (October 2012). Managing Director's global policy agenda. Washington: IMF. [Link](#).
- Lima's Declaration (2 October 2012). Lima: ASPA. [Link](#).



INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe



BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento